

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

12/10/2008

O publicitário Marcos Valério de Souza confirmou ter indicado um advogado à Cervejaria Petrópolis, que havia sido multada em R\$ 100 milhões, mas negou ter “encomendado” um inquérito falso para desmoralizar os fiscais que autuaram a empresa. Segundo a polícia, foi o advogado indicado por Marcos Valério que operacionalizou a fabricação de um inquérito contra os auditores fiscais. Marcos Valério foi ouvido por três horas e meia pelo delegado da PF Rodrigo Campos, o responsável pela Operação Avalanche, informa a **Folha de S.Paulo**.

Marcos Valério foi indiciado no sábado (11/10) pelos crimes de denunciação caluniosa, corrupção ativa e formação de quadrilha, noticia **O Estado de S.Paulo**. A Operação Avalanche, desencadeada por ordem da Justiça Federal, levou à prisão outros 16 acusados de integrar esquema de corrupção ativa e passiva, fraudes fiscais e formação de quadrilha para extorsão de empresários em débito com o Fisco

Vereadores investigados

Quase 40% dos vereadores eleitos de São Paulo têm ou já tiveram problemas com a Justiça, a polícia, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, diz levantamento do **Estadão**. Inquéritos por estelionato, crime contra a fé pública, agressão, fraudes, crime contra a administração pública, apropriação indébita e até acidentes de trânsito formam um cenário comum para muitos dos vereadores. Alguns enfrentam ainda investigação ou ação judicial por improbidade administrativa. O presidente da Câmara de São Paulo, Antonio Carlos Rodrigues (PR), já foi condenado à perda dos direitos políticos por seis anos por supostos atos de improbidade quando ocupava o cargo de diretor-presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), em 1992.

Ladrão de galinhas

Condenados a dois anos de prisão em regime aberto por roubo de três galinhas caipiras avaliadas em R\$ 24, em 2003, os irmãos Lindomar de Brite e Jocimar de Brite, de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, tiveram as penas extintas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por prescrição. Segundo o **Estadão**, a prisão foi substituída por prestação de serviços.

Enviado especial

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, irá aos EUA na semana das eleições americanas. Foi convidado para participar de seminários sobre o processo eleitoral do país e para ver ao vivo a disputa entre Barack Obama e Jonh McCain, informa Lauro Jardim, na **Veja**.

Vida de celebridade



O delegado Protógenes Queiroz afirma que não pediu para sair da Operação Satiagraha, em entrevista ao **Estadão**. Diz que sua posição ficará clara quando tiver acesso ao áudio da reunião em que ele foi afastado. Segundo o delegado, o curso de aperfeiçoamento não seria um empecilho para a investigação. No sábado (11/10), ele negou à colunista Mônica Bergamo, da **Folha** que pode ser candidato em 2010 apesar de ter virado atração em palestras de estudantes, em eventos de empresas de seguro e até em campanhas eleitorais do PT e do PSOL. “Descobri que, para lotar meus concertos, eu preciso convidar o Protógenes!”, dizia o maestro João Carlos Martins em um concerto na Sala São Paulo semana passada em que o delegado foi assistir.

Vínculo com candidaturas

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio vai notificar as associações de moradores do Jardim Ucrânia e de Costa Nunes, que assinam os panfletos contra o candidato a prefeito do Rio, Fernando Gabeira (PV). Segundo **O Globo**, as entidades terão de responder se têm vínculo com candidaturas.

Ameaça externa

O presidente Lula assinou na semana passada um decreto criando graus de advertência a quem ameaçar ou cometer “atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial ou ao povo brasileiro, ainda que isso não signifique invasão ao nosso território”. O Decreto 6.592, que regulamenta o Sistema Nacional de Mobilização, especifica o que pode ser considerada uma agressão estrangeira ao Brasil e aos brasileiros ou aos interesses do País. A informação está no **Estadão**

Gestão da saúde

As gestões de Gilberto Kassab (DEM) e de Marta Suplicy (PT) na Prefeitura de São Paulo entre 2001 e 2007 apresentaram deficiências na área da saúde, segundo a visão de quem tem a função de fiscalizar os gastos municipais. Segundo a **Folha**, as críticas constam dos relatórios anuais produzidos pelos auditores e avaliados pelos conselheiros do Tribunal de Contas do Município.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2008-out-12/noticias_justica_direito_jornais-31/